

À Presidência do Tribunal Regional do Trabalho

Desde a trágica morte em serviço do colega Oficial de Justiça Francisco Pereira Ladislau Neto, assassinado no Rio de Janeiro no ano de 2014, e sob a admoestação do Colégio dos Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho para que se intensificassem as medidas para promover a segurança dos oficiais de justiça, observamos avanços importantes em alguns tribunais. Ao celebrarmos esses avanços não podemos nos esquecer de incrementá-los e lembrar que a segurança dos servidores, em especial daqueles que colocam sua vida em risco diariamente para a realização de atos judiciais externos, deve receber especial atenção, mesmo em tempos de crise econômica, pois preservar a vida é tarefa que não pode ser prorrogada.

Com o objetivo de auxiliar na implantação de políticas de segurança para os oficiais de justiça foi realizada por um grupo independente uma pesquisa nacional com imensa participação de oficiais de todos os níveis do judiciário. O questionário fez um levantamento bastante amplo sobre o tema segurança identificando as principais situações de risco e suas consequências psicológicas e funcionais para os servidores, identificou as principais medidas adotadas pelos diversos tribunais ou a ausência delas e, por fim, colheu sugestões que podem ser adotadas para reduzir o risco profissional e preservar a vida e sanidade dos servidores do Poder Judiciário.

Os resultados obtidos revelam, por exemplo, que 89,5% dos oficiais do Brasil consideram seu trabalho muito ou extremamente arriscado; que 83,8% já sofreram ameaça ou intimidação durante a diligência; que casos de violência causam trauma psicológico e baixa produtividade e, infelizmente, que a maioria dos tribunais do país tem uma estrutura de segurança deficiente quanto aos oficiais de justiça.

Acreditamos que a pesquisa que trazemos ao seu conhecimento pode fornecer dados valiosos pois ouviu os interessados diretos, com questões formuladas por oficiais de justiça e voltadas especialmente para eles. Por isso rogamos que encaminhe os dados anexos ao setor responsável desse tribunal para auxiliá-los na implantação de uma política de segurança sempre mais eficiente.

Curitiba, 11 de novembro de 2016.



José Carlos Batista Junior
Oficial de Justiça/TRT9



Marcelo Araújo de Freitas
Oficial de Justiça/TRT9



OFICIAL DE JUSTIÇA

CENTRAL DE APOIO

OFICIAL DE JUSTIÇA - SEGURANÇA EM FOCO

Pesquisa dirigida aos Oficiais de Justiça do Brasil - Tempo médio para conclusão: 2 minutos

Mapeamento de problemas e soluções a serem encaminhadas aos Tribunais

www.oficialcapacitado.com.br

Responsáveis pela pesquisa: Site Oficial Capacitado www.oficialcapacitado.com.br -
Oficiais de justiça do TRT9 – Marcelo Freitas e José Carlos Batista.

Modalidade: On-line (Google Forms), participação espontânea.

Período de realização: março a junho de 2016.

Participantes: Oficiais de Justiça de todos os tribunais brasileiros.

Número de respostas: 1634.

Formulário publicado:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSecrQ9wwoECuJmL2Py5Kp4hsex10feBhLijpChpKVtSTiiZMw/viewform>

Respostas disponíveis on-line:

<https://docs.google.com/forms/d/11sz4orijHVJSxjr10OYI9P7miJz9fuv1avUNVifwxvM/viewanalytics>

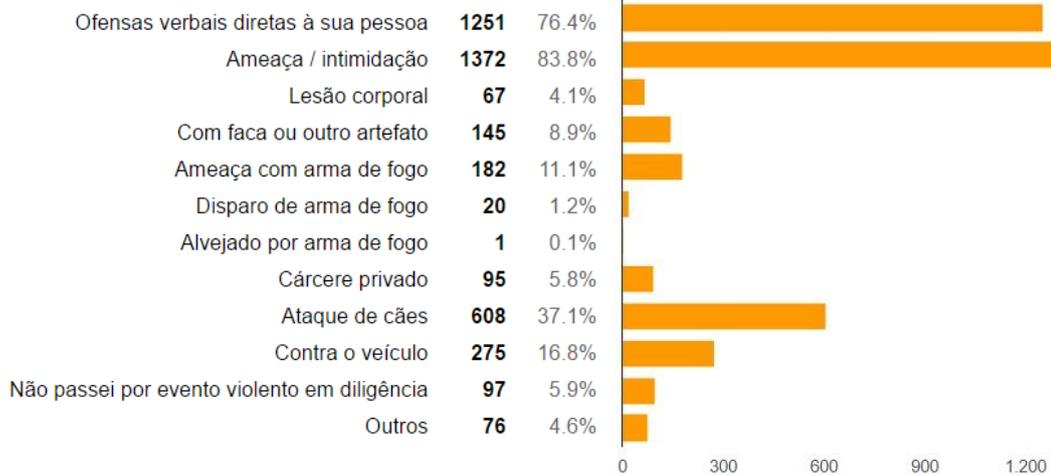
RESUMO DAS RESPOSTAS



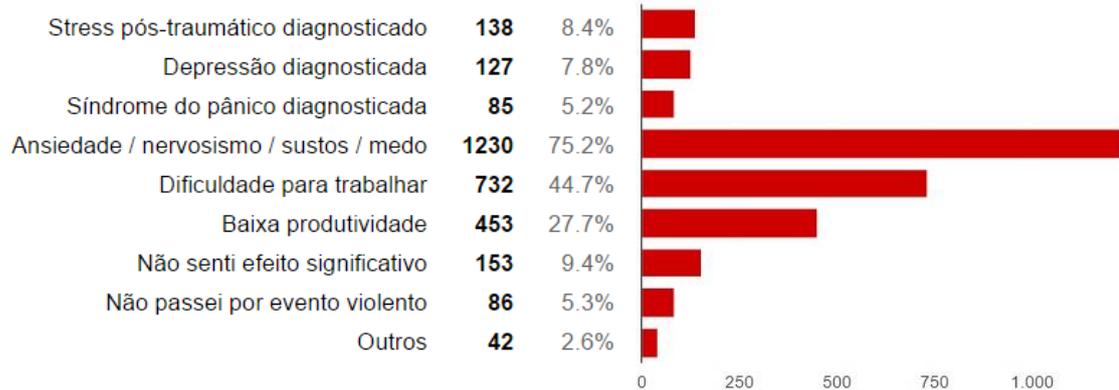
QUAIS DESSES EVENTOS JÁ OCORRERAM COM VOCÊ EM SERVIÇO?

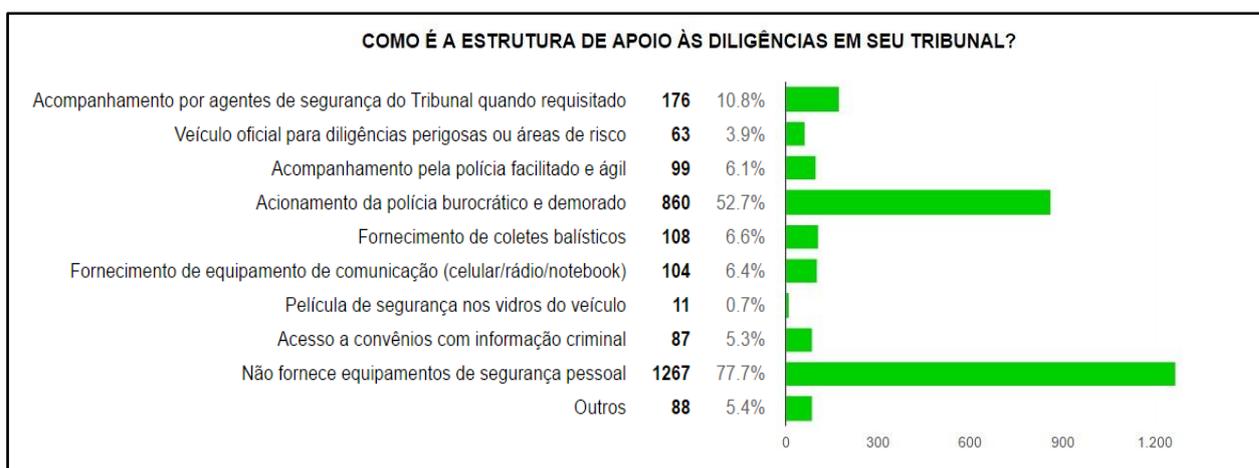
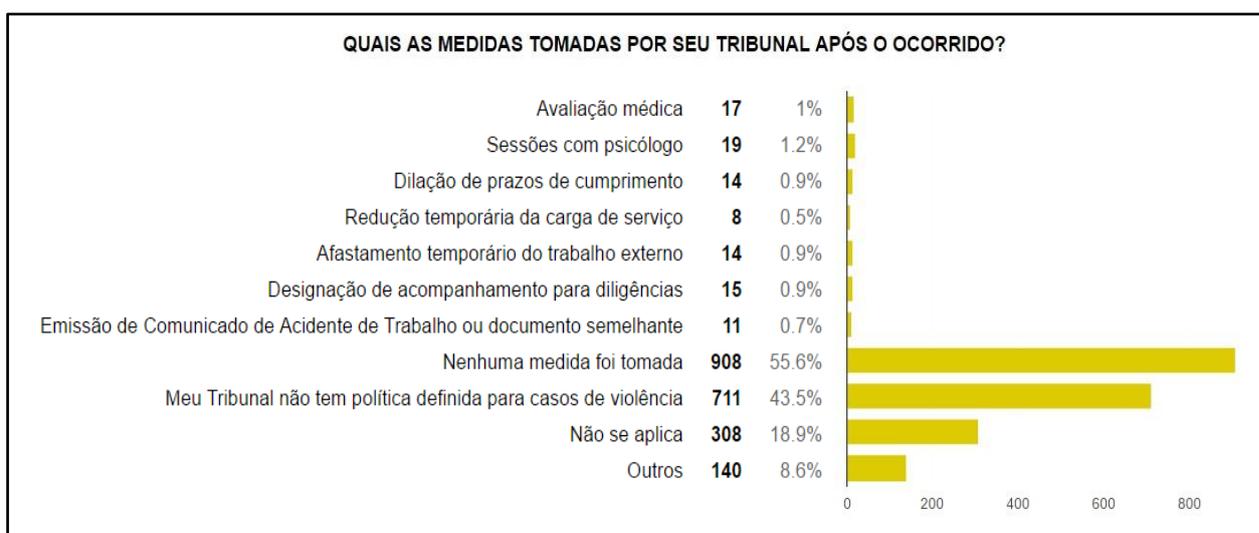
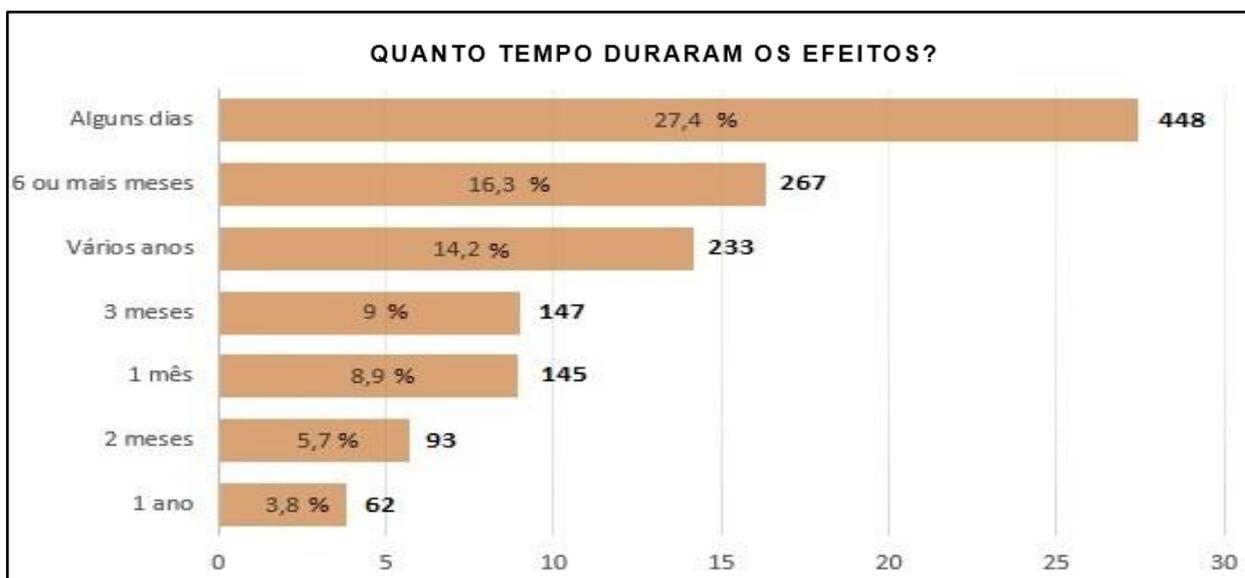


JÁ SOFREU VIOLÊNCIA DURANTE A DILIGÊNCIA?

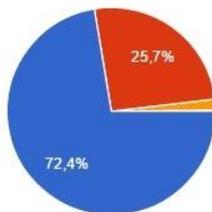


COMO SE SENTIU APÓS O OCORRIDO?



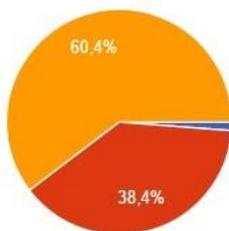


COMO VOCÊ AVALIA A ESTRUTURA DE SEGURANÇA DE SEU TRIBUNAL EM RELAÇÃO AOS OFICIAIS?



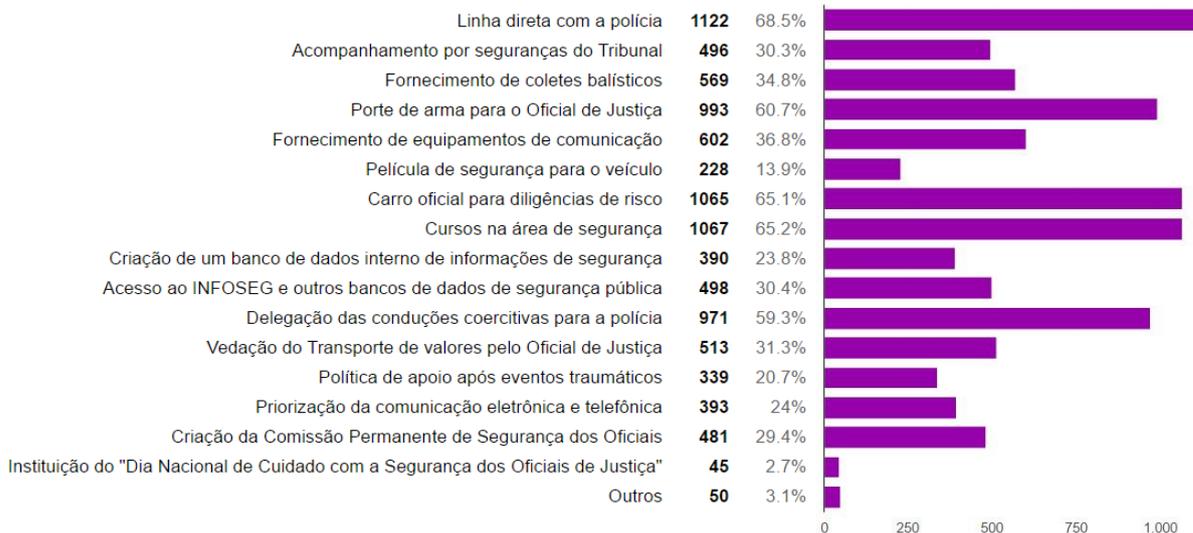
Inexistente ou muito ruim	1185	72,4%
Deficiente	421	25,7%
Adequada	28	1,7%
Excelente	3	0,2%

SEU TRIBUNAL REALIZA CURSOS NA ÁREA DE SEGURANÇA PARA OS OFICIAIS DE JUSTIÇA?

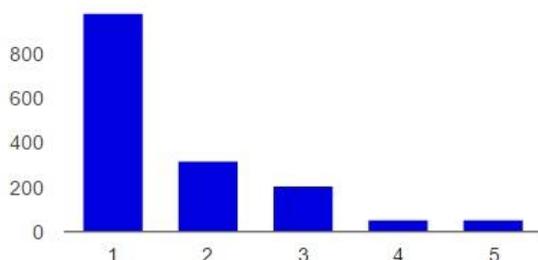


Frequentemente	20	1,2%
Raramente	629	38,4%
Nunca realizou	988	60,4%

ASSINALE AS 6 MEDIDAS QUE CONSIDERA MAIS EFICAZES PARA O GERENCIAMENTO DE SEU RISCO PROFISSIONAL



QUAL SUA EXPECTATIVA DE QUE O SEU TRIBUNAL ATENDA ESSAS REIVINDICAÇÕES?



Baixa: 1	987	60,3%
2	321	19,6%
3	212	13%
4	60	3,7%
Muito esperançoso: 5	57	3,5%

ESCREVA SEU RELATO DE EVENTO VIOLENTO EM SERVIÇO

(Amostra – A totalidade dos relatos está disponível no site da pesquisa)

Entrar em comunidade reconhecida de tráfico onde um Agente da Polícia Federal foi assassinado. Toda vez que tenho de ir lá fico uma semana ou mais depressivo.

Tentativa de assalto ao carro estacionado quando do cumprimento de mandado. O bandido esmurrava o vidro do carro, estando eu e outra colega dentro do veículo ainda parado, quando resolvemos partir em velocidade, tendo o bandido se agarrado no porta bagagens, e caído pelo o impacto com que foi dada a partida do veículo, e neste momento o outro bandido estava de moto bloqueando a rua, no entanto fomos impulsivas em apostar tudo ou nada, ou seja, iríamos passar por cima do bandido que bloqueava a rua sentado na moto, e este vendo a proximidade do nosso veículo em alta velocidade, tratou de sair dali e apanhar o outro bandido, que saíram em nossa perseguição, até que alcançamos a Avenida principal e muito movimentada, o que fez com que os mesmos recuassem por ter perdido a chance de praticar o delito.

Já fui assaltada a mão armada duas vezes... nenhum apoio do tribunal....

Fui cercado por nove (09) indivíduos desconhecidos quando estava em diligência em um bairro periférico para intimação de um traficante, e só não me aconteceu o pior porque o acusado apareceu e me conheceu por ter cumprido alvará de soltura em seu favor.

Durante o cumprimento de uma notificação, fui impedida de sair do local. Era diligência em zona rural, sem sinal telefônico para pedir ajuda. Consegui "escapar" por força própria. Registrei BO. O Tribunal nunca tratou do caso.

Estava parada no sinal vermelho indo cumprir diligência e fui abordada por um indivíduo que quebrou o vidro e quis levar pertences que estavam no banco do passageiro, eu reagi... O sinal abriu, consegui sair, ele não levou nada, mas fiquei durante algum tempo bastante nervosa ao me aproximar do sinal vermelho. Passei algum tempo para conseguir sair sem tanto medo, ficava com as pernas trêmulas. Mas enfim, hoje tenho atenção redobrada... sei que poderia ter sido com qualquer pessoa, mas aconteceu comigo, no exercício da minha profissão de Oficiala de Justiça.

Fui assaltado a mão armada, levaram meu carro.

Ao bater em uma porta, a fim de cumprir uma notificação para desocupação voluntária de uma residência, fui recebido com uma arma em direção à minha cabeça, xingamentos e ameaças de morte! Consegui fugir, mas não obtive auxílio policial, vez que, na comarca de Salvador se faz necessário encaminhar, antecipadamente, um ofício para o comando da PM.

RELACIONE SUAS SUGESTÕES PARA REDUÇÃO DO RISCO PROFISSIONAL

(Amostra – A totalidade das sugestões está disponível no site da pesquisa)

Oficiais de justiça deveriam andar em dupla, armados e em carro oficial e antes de saírem às ruas teriam que ter condições de estudar todas as diligências, inclusive consultando as ocorrências criminais dos réus.

Coletes balísticos - Fornecimento de carros oficiais com motoristas para diligências - Curso de defesa pessoal para os oficiais de justiça - Acompanhamento de psicóloga para os oficiais (temos muitos casos de depressão e ansiedade) - O tribunal deveria ter um canal direto de acesso com a polícia militar, sendo inúmeros os casos de dificuldade e despreparo dos policiais no atendimento aos servidores e à população - vagas para oficiais de justiça nos órgãos públicos e centro da cidade, evitando maior exposição ao risco.

Deveria haver uma central de inteligência para pesquisar as áreas perigosas e o oficial ser acompanhado por um segurança.

Criação de uma comissão de segurança para os oficiais, pois dessa forma os fatos ocorridos com os oficiais seriam apurados e contabilizados com maior rapidez.

Os itens que listaram acima abrangem boas medidas. Um fator relevante não citado é evitar expedir mandados com endereços rurais ou em cidades fora da sede que exigem pegar estrada quando há outro endereço do destinatário mais simples e sem risco. Isso envolveria tanto orientação aos advogados quanto o próprio Juiz ou Secretaria alterarem o endereço quando tiverem conhecimento.

Consulta ao INFOSEG para antecipar o perfil de cada jurisdicionado.

Preocupação com a comunicação do Oficial de Justiça. Um telefone funcional ou um auxílio nesse sentido ajudaria a resolver o problema. Um canal direto com a polícia, sem passar por burocracia. Um banco de dados interno e também o acesso a banco de dados no sistema policial poderia evitar que o Oficial vá despreparado para uma diligência na qual o destinatário já se mostrou violento em diligência anterior ou possui passagem pela polícia. Películas protetoras no vidro que aumentem sua resistência também são importantes, mas é claro que a preferência seria para que o Tribunal oferecesse a possibilidade de blindagem do veículo sem custos para o trabalhador. Cursos de defesa pessoal, de como lidar com situações de stress e risco e de direção defensiva. Armas não letais como “tasers” e sprays de pimenta, enquanto não há uma definição sobre o porte de armas de fogo.

Criação de protocolos de segurança em nível nacional.